

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.938 - SP (2019/0023734-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : MAURO SERGIO DA SILVA  
**ADVOGADO** : MARCOS TAVARES FERREIRA - SP221260  
**AGRAVADO** : LOURDES CAIEIRO FERRO  
**AGRAVADO** : SEBASTIAO LUCENA FERRO  
**ADVOGADO** : EDUARDO SILVA GATTI - SP234531  
**AGRAVADO** : COOPERATIVA HABITACIONAL PROCASA  
**INTERES.** : CLÁUDIO DOS SANTOS PEREIRA  
**INTERES.** : WALTER IASBEKE FERREIRA

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA. POUPANÇA. REGRA DE IMPENHORABILIDADE. VALORES ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS DEPOSITADOS EM CONTA POUPANÇA. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. AGRADO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso de agravo interposto por LOURDES CAIEIRO FERRO e SEBASTIÃO LUCENA FERRO (LOURDES e SEBASTIÃO), que nos autos do cumprimento de sentença deferiu em parte o pedido dos agravantes autorizando o desbloqueio de apenas R\$ 655,90 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) da conta da coagravante e determinou a penhora de 30% dos proventos mensais de aposentadoria que ela recebe.

Inconformada, LOURDES sustentou que é aposentada e recebe um salário mínimo por mês. Diz que o saldo da conta foi conquistado com a economia de cerca de R\$ 200,00 por mês durante anos.

O Tribunal de origem deu provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO – Cumprimento de sentença – Decisão que autoriza o desbloqueio de apenas parte dos valores existentes em conta poupança e determina a penhora de 30% sobre os proventos de aposentadoria da executada – Inadmissibilidade – Saldo de conta-poupança impenhorável até o limite de 40 salários mínimos – Impenhoráveis também os proventos de aposentadoria – Recurso provido (e-STJ, fl. 309)*

Irresignado, MAURO interpôs recurso especial fundado no art. 105, III, c, da CF, apontando dissídio jurisprudencial no que se refere a possibilidade da retenção de 30% do valor bloqueado em conta corrente dos recorridos. Indicou como violado o art. 833 do NCPC.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta foi apresentada (e-STJ, fls. 409/418).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*.

Da alegada violação do art. 833 do NCPC.

MAURO sustentou que é possível a retenção de 30% do valor bloqueado em conta corrente dos recorridos.

Contudo, o Tribunal de origem afastou a possibilidade de penhora dos valores existentes na poupança porque não estava configurada a exceção, confira-se:

7 - *Cediço que a quantia depositada em conta-poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos é impenhorável, por expressa previsão legal.*

8 – *A propósito, o C. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que 'É possível ao devedor, para viabilizar seu sustento digno e de sua família, poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda' (REsp 1340120/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 19/12/2014), ressalvada a hipótese de comprovada má-fé na tentativa de burlar a execução, não verificada na espécie.*  
(...)

11 – *Assim, salvo indícios de má-fé dos agravantes ou de utilização indevida do benefício da impenhorabilidade utilizado exclusivamente para furtar-se da condenação, de rigor que se*

*mantenha a disponibilidade de valores até o limite legal, sob pena de violação ao princípio da dignidade humana.*

*12. Além do mais, conforme bem apontado pela Ministra Nancy Andrighi, “Não se desconhece as críticas, ‘de lege ferenda’, à postura tomada pelo legislador, de proteger um devedor que, em lugar de pagar suas dívidas, acumula capital em uma reserva financeira. Também não se desconsidera o fato de que tal norma possivelmente incentivaria os devedores a, em lugar de pagar o que devem, depositar o respectivo valor em caderneta de poupança para burlar o pagamento. Todavia, situações específicas, em que reste demonstrada postura de má-fé, podem comportar soluções também específicas, para coibição desse comportamento” (RECURSO ESPECIAL Nº 1.231.123 - SP (2011/0003344-6).*

*13. Destarte, o desbloqueio da conta-poupança da coagravante é medida que se impõe.*

*14. De outro lado, não tendo sido comprovado que a coagravante tem outros rendimentos que não aqueles provenientes dos proventos de aposentadoria, de rigor a cassação da decisão determinando a penhora de 30% dos mencionados proventos.*

*15. Não se olvide que os proventos de aposentadoria, assim como o saldo de conta poupança, são impenhoráveis (e-STJ, fls. 311/315).*

Assim o fazendo o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento desta Corte quanto à impossibilidade de penhora dos saldos inferiores a 40 salários-mínimos depositados em caderneta de poupança; conta corrente e em outras aplicações financeiras.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INDISPONIBILIDADE DE BENS EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REGRA DE IMPENHORABILIDADE. VALORES ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS DEPOSITADOS EM CONTA POUPANÇA. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.*

*1.O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que as regras de impenhorabilidade previstas no Código de Processo Civil aplicam-se aos casos de indisponibilidade de bens decretada nos termos do art. 7º da Lei n. 8.429/1992. Precedentes: (AgInt no REsp 1440849/PA, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 30/5/2018; REsp 1.319.515/ES, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 21/9/2012.*

*2. Nessa esteira, a jurisprudência do STJ tem afastado a possibilidade de tornar indisponíveis, com fulcro no art. 7º da Lei n. 8.429/1992, os valores referentes a salários, pensões,*

vencimentos, remunerações, subsídios, pois constituem verba de natureza alimentar essenciais ao seu sustento e de sua família. Precedentes: REsp 1.164.037/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Rel. p/ Acórdão Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 9/5/2014; REsp 1.461.892/BA, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/4/2015.

3. Da mesma forma, também está imune à medida constritiva de indisponibilidade, porquanto impenhoráveis, os saldos inferiores a 40 salários-mínimos depositados em caderneta de poupança e, conforme entendimento do STJ, em outras aplicações financeiras e em conta-corrente, desde que os valores não sejam produto da conduta ímproba. Precedentes: REsp 1.676.267/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/10/2017; AgRg no REsp 1.566.145/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18/12/2015; EREsp 1.330.567/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 19/12/2014.

4. No caso dos autos, a Corte de origem excluiu da indisponibilidade de bens anteriormente decretada o valor de até 40 salários-mínimos depositados em caderneta de poupança, decidindo, portanto, conforme a jurisprudência desta Corte.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.427.492/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, j. 19/3/2019, DJe 28/3/2019)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. SALDO EM FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. NATUREZA ALIMENTAR. IMPENHORABILIDADE. REVER A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.**

1. A apontada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quanto à contradição do julgado não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, tendo concluído pela impenhorabilidade do saldo de reserva de poupança previdenciária, ainda que tenha decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. Constata-se que o Tribunal de origem reconheceu a impenhorabilidade do saldo de reserva de poupança previdenciária, aduzindo que a quantia depositada na entidade previdência privada fechada tem como objetivo a aposentadoria do recorrido, não há como proceder à alteração da referida premissa sem o inevitável revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado pelo óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.328.648/RJ, Rel. Ministro MARCO

AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 12/11/2018, DJe 16/11/2018)

Assim, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento desta Corte, fazendo incidir sobre o tema o óbice da Súmula nº 568 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator